



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXIII — Nº 139

TERÇA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 1978

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 173ª SESSÃO, EM 23 DE OUTUBRO DE 1978

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

*Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:*

— Nº 225/78 (nº 384/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 118/78 (nº 5.392-B/78, na origem), que dispõe sobre cargos em comissão das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.581, de 20 de outubro de 1978.)

— Nº 226/78 (nº 385/78, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 13/78 (nº 4.081-A/77, na origem), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubaíra, no Estado da Bahia, imóvel da União. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.582, de 20 de outubro de 1978.)

*Submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 227/78 (nº 387/78, na origem), referente à escolha do Sr. Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa.

— Nº 228/78 (nº 388/78, na origem), referente à escolha do Sr. Amaury Bier, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad-Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Granada.

1.2.2 — Requerimento

— Nº 326/78, de autoria do Sr. Senador Jarbas Passarinho, solicitando que o Senado não realize sessões, nem haja Expediente em sua Secretaria nos dias 1º e 2 de novembro próximo vindouro. **Aprovado.**

1.2.3 — Discursos do Expediente

*SENADOR LEITE CHAVES*, como Líder — Pressões que estariam sendo exercidas por autoridades do Governo do Estado do Paraná, em favor dos candidatos da ARENA.

1.2.4 — Comunicações

— De Srs. Senadores que se ausentarão do País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Requerimento nº 298/78, de autoria do Sr. Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Delenda Golbery", publicado no jornal *Última Hora*, de 9 de outubro de 1978. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 299/78, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Sr. Ministro João Paulo dos Reis Velloso, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como da Exposição de Motivos de S. Exª e dos Ministros de Estado da Fazenda e do Interior, aprovada, na oportunidade, pelo Senhor Presidente da República. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Requerimento nº 325/78, de autoria do Sr. Senador Otto Lehmann, solicitando autorização do Senado para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação Brasileira à Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. **Votação adiada por falta de quorum, após parecer da Comissão de Relações Exteriores.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 61/77 (nº 947-B/75, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências. **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de quorum.

— Projeto de Lei do Senado nº 279/78, que altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências. **Aprovado**, em segundo turno. À Comissão de Redação.

— Projeto de Lei do Senado nº 79/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que fixa condições para a admissão

de novos servidores pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de *quorum*.

— Projeto de Lei do Senado nº 118/78, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que isenta da contribuição previdenciária os trabalhadores, empregados ou autônomos, que recebem renda mensal inferior a três salários mínimos. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Discussão encerrada**, tendo sua votação adiada por falta de *quorum*.

#### 1.4 — LEITURA DE PARECER

*Referente à seguinte matéria:*

— Projeto de Lei do Senado nº 279/78, constante do quinto item da Ordem do Dia

#### 1.5 — DISCURSO APÓS A ORDEM DO DIA

*SENADOR DIRCEU CARDOSO* — Transcurso do 40º aniversário de fundação da Cooperativa de Laticínios de Cachoeiro do Itapemirim—ES.

#### 1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

#### 2 — MESA DIRETORA

#### 3 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

#### 4 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 173ª SESSÃO, EM 23 DE OUTUBRO DE 1978

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

#### PRESIDÊNCIA DO SR. RENATO FRANCO

*ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:*

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Fausto Castelo-Branco — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Cunha Lima — Murilo Paraiso — Teotônio Vilela — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Roberto Saturnino — Hugo Ramos — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Orestes Quêrcia — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Accioly Filho — Leite Chaves — Vilela de Magalhães — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

*É lido o seguinte*

### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:**

Nº 225/78 (nº 384/78, na origem), de 20 de outubro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1978 (nº 5.392-B/78, na Casa de origem), que dispõe sobre cargos em comissão das Secretarias do Tribunal Federal de Recursos e do Conselho da Justiça Federal, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.581, de 20 de outubro de 1978.);

Nº 226/78 (nº 385/78, na origem), de 20 de outubro do corrente ano, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1978 (nº 4.081-A/77, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubaíra, no Estado da Bahia, imóvel da União. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.582, de 20 de outubro de 1978.)

#### MENSAGENS

*Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

#### MENSAGEM Nº 227, DE 1978 (nº 387/78, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Octávio Rainho da Silva Neves, Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República de Serra Leoa, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, em 20 de outubro de 1978. — Ernesto Geisel.

#### INFORMAÇÃO

*Curriculum Vitae:*

Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves.

Nascido no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1929.

Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1954.

Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio-Branco, 1954.

Cônsul de Terceira Classe, 9 de dezembro de 1954. Segundo-Secretário, antigüidade, 24 de outubro de 1961.

Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 16 de setembro de 1974.

Encarregado do Setor de Energia Nuclear e Materiais Estratégicos, Departamento Econômico, 1954/57.  
 Assistente do Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1964.  
 Chefe, interino, da Divisão de Produtos de Base, 1965.  
 Chefe da Divisão de Produtos de Base, 1967.  
 Chefe da Divisão de Política Comercial, 1974.  
 Chefe da Divisão do Pessoal, 1974.  
 Chefe, substituto, do Departamento Geral de Administração, 1974.  
 Washington, Terceiro-Secretário, 1957/61.  
 Washington, Segundo-Secretário, 1961/62.  
 Paris, Segundo-Secretário, 1962/64.  
 Londres, Primeiro-Secretário, 1967/71.  
 Cairo, Primeiro-Secretário, 1971/73.  
 Cairo, Encarregado de Negócios, 1972.  
 Paris, Ministro-Conselheiro, 1974/78.  
 Marselha, Cônsul-Geral, provisoriamente, 1975.  
 Paris, Encarregado de Negócios, 1976.  
 Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional, 1955 e 1958 (representante-suplente).  
 Conferência da ONU para a criação da AIEA, Nova Iorque, 1956 (membro).  
 Assembléia-Geral da ONU, Nova Iorque, 1956 (Assessor).  
 Comissão Interamericana de Energia Nuclear, Washington, 1958 (Representante).  
 Subcomitê de Nove Países da OEA, 1960 (Membro).  
 Comitê Consultivo Internacional do Algodão, 1960 (representante).  
 Reunião Especial do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, OCDE, Paris, 1962 (Observador).  
 Reunião do Grupo Internacional de Estudos sobre a Borracha, Paris, 1962 (Observador).  
 Conselheiro Executivo do Instituto Internacional do Frio, Paris, 1962 (Representante-Suplente).  
 Conferência da ONU sobre Cacau, Genebra, 1963 (Membro).  
 Conversações com a Comunidade Econômica Européia, 1963 (Membro).  
 Reunião da "Aliança dos Produtores de Cacau", Abidjan, 1963 e Duala, Camarões, 1964 (Participante).  
 I Conferência da ONU sobre Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, 1964 (Delegado-Substituto).  
 Conferência Negociadora do Acordo Internacional de Produtores de Cacau, Lomé, Togo, 1964 (Delegado).  
 Reunião da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Lagos e Abidjan, 1964 (Delegado).  
 Reunião do GATT, Genebra, 1964 (Membro).  
 Reunião Extraordinária da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Accra, 1964 (Delegado).  
 Comissão de Estudos da Política do Cacau, 1965 (Representante e Representante-Suplente).  
 II Reunião da Junta do Acordo Internacional do Cacau, Lagos, 1965 (Delegado).  
 I Sessão da Comissão de Produtos de Base, Junta de Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1965 (Delegado).  
 Conferência da ONU sobre o Convênio Internacional do Açúcar, 1965 (Membro).  
 VII e VIII Sessões do Conselho Internacional do Café, Londres, 1965 (Delegado).  
 I Reunião do Grupo de Trabalho de Alto Nível do Conselho Internacional do Café, Londres, 1966 (Delegado).  
 Conferência do Comitê Consultivo do Cacau, ONU, Nova Iorque, 1966 (Membro).  
 XXV Sessão do Conselho Internacional do Açúcar, Londres, 1967 (Delegado-Suplente).  
 Junta Executiva da OIC, México, 1968 (Representante-Suplente).  
 Missão do Presidente do IBC à Etiópia, Quênia, Uganda, Tanzânia e Costa do Marfim, 1968 (Membro).

Junta Executiva da OIC, Abidjan, 1969 (Membro).  
 Reunião Extraordinária do Café, Londres, 1970 (Delegado).  
 Negociações entre Países em Desenvolvimento do GATT, Genebra, 1970 (Membro).  
 Conferência Negociadora do Arranjo Internacional de Cereais, Genebra, 1971 (Chefe).  
 Missão Preparatória da Viagem do Ministro de Estado à África, 1972 (Membro).  
 Consultor Técnico da CEPAL para a preparação da posição Latino-Americana no GATT no tocante à ampliação da CEE, Santiago, 1972.  
 Reunião Preparatória da Conferência Energética Mundial, Paris, 1975 (Subchefe).  
 Reunião Ministerial de Paris sobre Cooperação Econômica Internacional, 1975 (Delegado).  
 Reunião do Grupo dos 19 da Conferência sobre Cooperação Internacional, Paris, 1976 (Chefe).  
 I Reunião das Comissões da Conferência sobre Cooperação Internacional, Paris, 1976 (Chefe).  
 Comissão I (Energia) da Conferência sobre Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (Delegado).  
 Comissão de Exportação de Materiais Estratégicos, 1955 (Secretário-Adjunto).  
 Reunião da CIEN e Simpósio sobre as Aplicações Pacíficas da Energia Nuclear, Petrópolis, 1960 (Membro).  
 Projeto de erradicação da Cafeicultura, GERCA, IBC, Rio de Janeiro, 1960 (Coordenador).  
 Reuniões dos Comitês Executivo e Administrativo e Assembléia-Geral da Aliança dos Produtores de Cacau, Rio de Janeiro, 1964 (Delegado).  
 Grupo de Trabalho de Análise do Plano Nacional de Café, junto ao Fundo de Diversificação da OIC, IBC, Rio de Janeiro, 1969 (Representante do Ministério das Relações Exteriores).  
 Seminário de Desenvolvimento Organizacional, DASP, ESAF, Rio de Janeiro, 1974 (Participante).  
 Diretor, substituto, do FMI, 1960.  
 Diretor, substituto, do BID, 1961.  
 O Embaixador Octávio Rainho da Silva Neves se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República da Costa do Marfim.  
 Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 11 de outubro de 1978. — Sérgio de Queiróz Duarte, Chefe da Divisão do Pessoal.  
*(A Comissão de Relações Exteriores.)*

**MENSAGEM Nº 228, DE 1978**  
 (nº 388/78, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

De conformidade com o artigo 42 (item III) da Constituição, tenho a honra de submeter à aprovação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Amaury Bier, Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad-Tobago, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo de Granada, nos termos do Decreto nº 56.908, de 29 de setembro de 1965.

Os méritos do Embaixador Amaury Bier, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de outubro de 1978. — Ernesto Geisel.

**INFORMAÇÃO**

*Curriculum-Vitae:*  
 Embaixador Amaury Bier.

Nascido no Rio de Janeiro, 14 de março de 1930.

Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade de São Paulo, 1954.

- Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio-Branco, 1957.
- Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio-Branco, 1958.
- Cônsul de Terceira Classe, 31 de janeiro de 1957.
- Segundo-Secretário, merecimento, 24 de outubro de 1961.
- Primeiro-Secretário, merecimento, 31 de dezembro de 1966.
- Conselheiro, merecimento, 1 de janeiro de 1973.
- Ministro de Segunda Classe, merecimento, 27 de julho de 1973.
- Departamento Econômico e Consular, 1957.
- Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1966/68.
- Oficial de Gabinete do Ministro de Estado, 1969/73.
- Assessor de Coordenação do Ministro de Estado, 1974.
- Varsóvia, Terceiro-Secretário, 1959/61.
- Varsóvia, Segundo-Secretário, 1961/62.
- Varsóvia, Encarregado de Negócios, 1960, 1961 e 1962.
- Washington, Segundo-Secretário, 1962/64.
- Port-au-Prince, Segundo-Secretário, 1964/66.
- Port-au-Prince, Encarregado de Negócios, 1964, 1965 e 1966.
- Washington, Primeiro-Secretário, 1968/69.
- Genebra, Ministr-Conselheiro, Delegação Permanente, 1974/77.
- Genebra, Encarregado de Negócios, 1974, 1975 e 1976.
- Port-of-Spain, Embaixador, 1977/78.
- Missão Comercial do Brasil à URSS, 1959 (assessor).
- Grupo de Trabalho de Estudos das Operações Concessionais do Subcomitê de Excedentes Agrícolas, da FAO, Washington, 1964 (presidente).
- Negociação do Acordo de Comércio Brasil-Portugal, Lisboa, 1966 (assessor).
- VIII Reunião do Comitê de Comércio e Desenvolvimento das Partes Contratantes do GATT, Punta del Este, 1967.
- Reunião de Chefes de Estados Americanos, Montevideu, 1967 (assessor).
- Reuniões da CEPAL, XII Reunião do CIAP e V Reunião do CIES, Viña del Mar, 1967 (assessor).
- Reunião do CIAP, Washington, 1967 (assessor).
- Negociações da "Lista III-Brasil" do GATT, Genebra, 1967 (assessor).
- XXIV Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1967 (delegado).
- II Conferência dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Santa Cruz de la Sierra, 1968 (assessor).
- XVI Reunião Plenária do CIAP, Guatemala, 1968 (membro).
- Reunião da Comissão Especial do CIES, Caracas, 1970 (assessor).
- Reunião da Comissão Especial de Consulta e Negociações do CIES, Washington, 1970 (delegado).
- IV Reunião do Grupo "ad hoc" de Comércio do CIES, Washington, 1970 (assessor).
- II Reunião Ordinária da CECON/CIES, Punta del Este, 1971 (delegado).
- VII Reunião Extraordinária Anual do CIES, Panamá, 1971 (delegado).
- XI Reunião da CECLA, Buenos Aires, 1971 (delegado).
- XII Reunião da CECLA, Bogotá, 1972 (delegado).
- III Sessão da UNCTAD, Santiago, 1972 (delegado).
- Reunião Ordinária da CECLA, Santiago, 1972 (delegado).
- XXVIII Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1972 (subchefe).
- Comitiva Oficial do Ministro de Estado em viagem à Colômbia e Venezuela, 1973 (membro).
- XXX Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1974 (subchefe).
- XXXI Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1975 (subchefe).
- Sessões da Assembléia Geral Extraordinária da OMPI e do Comitê de Coordenação da mesma Organização, Genebra, 1975 (chefe).
- Missão de Boa Vontade e Expansão Comercial, São Paulo, 1957 (observador).
- Reunião do Subcomitê da CIAP sobre o Brasil, 1968 (assessor).
- XVI Reunião da CECLA, Brasília, 1973 (delegado).
- Chefe da Divisão de Comércio e Organismo Internacionais, BNDE, 1966.
- Prêmio Rio Branco e Medalha de Prata, Instituto Rio-Branco, Brasil.
- Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil.
- Ordem Francisco de Miranda, (2ª Classe), Venezuela.
- Ordem Nacional do Mérito, Comendador, Equador.
- Ordem "El Sol del Peru", Comendador, Peru.
- Ordem de San Carlos, Comendador, Colômbia.
- Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.
- Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.
- Ordem do Mérito Naval, Comendador, Brasil.
- Medalha Filinto Müller, Brasil.
- Condecoração Infante Don Henrique, Oficial, Portugal.
- Ordem de Rio-Branco, Oficial, Brasil.
- O Embaixador Amaury Bier se encontra nesta data no exercício de suas funções de Embaixador do Brasil junto à República de Trinidad-Tobago.
- Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 11 de outubro de 1978. — **Sergio de Queiroz Duarte**, Chefe da Divisão do Pessoal.
- (À Comissão de Relações Exteriores.)
- O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — O Expediente lido vai à publicação.
- Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.
- É lido o seguinte*
- REQUERIMENTO Nº 326, DE 1978**
- Nos termos do art. 238, item II, letra d, do Regimento Interno, requeremos que o Senado não realize sessões, nem haja Expediente em sua Secretaria, nos dias 1 e 2 de novembro próximo, consagrados a Todos os Santos e Finados.
- Justificação**
- Já é tradição em ambas as Casas do Congresso Nacional, não se realizarem sessões nos dias de Todos os Santos e Finados. Tal medida, com respaldo sempre das Lideranças partidárias, tem sido concedida com o objetivo de possibilitar que Senadores e funcionários possam reverenciar seus mortos nos Estados de origem.
- Sala das Sessões, 23 de outubro de 1978. — **Jarbas Passarinho**.
- O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — De acordo com o disposto no art. 238, item II, do Regimento Interno, o requerimento que acaba de ser lido poderá ser votado:
- Em votação o requerimento.
- Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)
- Está aprovado.
- A Presidência fará cumprir a deliberação do Plenário.
- O Sr. Leite Chaves** (MDB — PR) — Peço a palavra, como Líder, Sr. Presidente.
- O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — Concedo a palavra ao Sr. Senador Leite Chaves, que falará em nome da Liderança do MDB.
- O SR. LEITE CHAVES** (MDB — PR. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores: Acabo de chegar do Paraná, onde, a exemplo dos demais Estados, processa-se a campanha política em que se visa a eleição para os Deputados à Assembléia Legislativa, à Câmara Federal e à renovação de um terço do Senado.
- É a primeira vez em que realizamos, uma eleição no País, sob a égide da Lei Falcão, em que ao candidato é proibido o uso da televisão para a divulgação das suas idéias, e também do rádio.

Sabe-se já, a esta altura, Sr. Presidente, que motivos teriam levado o Governo a suprimir essa franquia democrática, assegurada a qualquer candidato, em qualquer parte do Mundo, quando disputa eleições sob um regime a que se possa chamar democracia.

Cenas tristes são essas, senão caricatas, de televisões que apresentam candidatos mudos em angústia, para dizer alguma coisa acerca do que pensam, mesmo para justificar a razão de ser de seu comportamento em disputar uma cadeira na Assembléia Legislativa, Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. O mesmo se processa nos rádios, porque até mesmo os currículos nada dizem e, quando podem refletir alguma faceta do próprio candidato, há impugnações, e a própria Justiça, em razão da limitação da lei, é obrigada a fazer, como fez no Paraná, a interdição da propaganda eleitoral do candidato.

Disso se vale o Partido oficial, Sr. Presidente, para usar realmente a televisão, em toda a extensão, na campanha eleitoral. Enquanto os candidatos da Oposição limitam-se apenas às imagens mudas, o Partido oficial é de uma frequência inusual na televisão.

O Governador do Estado, a pretexto de inaugurar pequenas obras, realiza amplos comícios, profundamente difundidos pela televisão, em companhia dos candidatos oficiais. É um desrespeito, Sr. Presidente, total, à lei que o próprio Governo sancionou. Além do mais, é uma traição às regras que se estabeleceram para o jogo, porque quando o nosso Partido resolveu, democraticamente, participar deste processo como sendo uma única alternativa para a obtenção de uma redemocratização efetiva, não esperava que fosse, por tal forma, golpeado.

Os jornais, que não foram alcançados pela Lei Falcão, de igual sorte estão emudecidos para a Oposição. As pressões contra os órgãos de imprensa são tamanhas que divulgação alguma é feita dos candidatos do Movimento Democrático Brasileiro. Mesmo, Sr. Presidente, os candidatos ou os membros do MDB que não estão disputando mandatos eleitorais.

Hoje, a *Folha de S. Paulo* traz uma variada gama de depoimentos de candidatos nossos, mostrando essa unilateralidade de comportamento.

No nosso Estado, a imprensa que sempre foi sensível aos apelos e influência oficial, desta vez, sucumbiu inteiramente à sua orientação e às suas determinações.

Até mesmo um jornal do Norte do Estado, que era um dos mais independentes e ousava, às vezes, difundir fatos de relevância política que ultrapassasse os limites das fronteiras partidárias, esse jornal também emudeceu para a Oposição, em razão de um dos diretores ser hoje pretendente a um canal de televisão, numa das cidades do Estado, já estando em fase de conclusão o processo em que se dispõe a obter a concessão. Silenciou o seu jornal totalmente à Oposição, para que não venha a sofrer o constrangimento de perder o canal de televisão, que, em outras circunstâncias, seria deferido a qualquer cidadão que tivesse as condições e os requisitos econômicos e técnicos para a sua exploração.

O ex-Ministro Ney Braga é o comandante, hoje de uma gang corruptora. Homem que exerceu um Ministério e que, em razão de sua influência no passado, conseguiu indicar o que se chama no Paraná *Ney's boys*, quer dizer, rapazes que ao longo dos anos vivem na sua convivência para o exercício da Presidência de órgãos como o Banco do Brasil, INPS e antes da Caixa Econômica, e Banco Nacional da Habitação, conseguiu fazer com que todos esses órgãos se dedicassem, de maneira invulgar, ao exercício dos seus interesses eleitorais.

O Estado, pelo seu atual Governo e por ele próprio, que será o futuro Governador, em razão da nomeação, está totalmente empenhado nessa campanha infamante que diminui o Paraná aos olhos do país e dos seus concidadãos.

Não se pode, Sr. Presidente, colocar a coisa pública a serviço de uma campanha partidária. A impressão que se tem é de que o Governo, em todas as suas esferas, está empenhado nesta campanha não apenas para obter uma vitória, o que é normal, e quando assim age, usam-se os meios legais, mas o seu empenho parece que é o de

obter uma vitória para consecução de indenidade e proteção contra as grandes acusações levantadas neste País contra o Governo. Parece que se busca a vitória a todo o custo para que muitos se protejam de acusações as mais sérias, amplamente feitas em todos os setores da administração do País.

Ontem vi, em Campo Mourão, um fato constrangedor para um Estado que jamais se acostumara a processo dessa natureza. Havia quase oitocentos professores, em fila, no Banco do Brasil, para descontar cheques. Esse comportamento seria normal se se tratasse de pagamento normal de salários. Mas a coisa assim não se processou, Sr. Presidente. O próprio prefeito local, intencionalmente, retardou o pagamento das mensalidades devidas às professoras, e antontem as convidou para um banquete, ao final do qual entregou a cada professor um cheque correspondente à parte do pagamento a que fazia jus em razão do seu exercício, do seu mister de professora. O pior é que em situações dessa natureza se obtém a promessa de que elas, organizadamente, haverão de trabalhar para o Partido oficial, de tal sorte que, ao receberem a parte a que têm direito, mínguos e miseráveis salários, estão vinculadas moralmente a trabalhar para o Partido oficial.

E esses homens, Sr. Presidente, não se esmeram em exceder a todos os limites que se pode tolerar um comportamento político-eleitoral, e isso porque o exemplo vem de cima. O próprio Presidente da República está em plena campanha usando os próprios do Governo para aparecer no País em companhia de candidatos oficiais. Isso jamais ocorreu no País, nem na época em que Juscelino Kubitschek de Oliveira era Presidente da República, ou sou Sua Excelência sair ao lado do General Henrique Teixeira Lott — sabidamente seu candidato — para fazer campanha.

Enquanto isso, o próprio Presidente da República, o atual, vive viajando para todas as partes do País, apresentando-se em companhia de candidatos oficiais locais, para eles pedindo votos e instigando os detentores de cargos públicos a que se empenham ilimitadamente na consecução de vitória.

E não é só o Presidente eleito em fim de mandato.

É o Presidente cujo mandato haverá de ser iniciado no ano que vem.

Tenho conhecimento, Sr. Presidente, de que Sua Excelência o Sr. João Baptista Figueiredo tem telefonado diretamente a diretores do Banco do Brasil, determinando que concedam financiamentos a determinados cidadãos, empresários, também candidatos, que condicionaram seu empenho na campanha à concessão de financiamentos, financiamentos que ultrapassam os limites das próprias instruções regulamentares.

E o pior, Sr. Presidente, é que as acusações não constituem motivo para que esses homens se arrecessem de tal comportamento. O próprio Presidente da República, quando vê diversos Ministros acusados, se fecha em um mutismo que chega o País a acreditar serem inverossímeis as acusações, pela indiferença pomposa com que procede Sua Excelência.

Sr. Presidente, a Oposição não pode suportar fato dessa natureza. O Movimento de março foi feito sob a justificativa de restabelecer a moralidade pública do País, e não há moralidade na administração pública quando não há moralidade pública na campanha, quando o próprio Partido oficial se compromete ou compromete a coisa pública ao fazê-lo.

São dias muito comprometedores, muito entristecedores que a Nação está vivendo. O nosso Partido protesta contra tudo isso. Admitiu participar de uma campanha sem televisão e sem rádio, mas não admite participar de uma campanha em que o Poder Público se desveste de toda a decência e do mínimo de moralidade com que se deve cercar um cidadão no exercício do *munus* público.

Em entrevista de hoje, publica a *Folha de S. Paulo*:

## CORRUPÇÃO

O Vice-Presidente do Diretório Regional do MDB aponta outro instrumento de coação, através do abuso do

poder. Verbas do Pró-Safras, um programa de melhoria das estradas vicinais, são distribuídas de acordo com a "boa vontade" de deputados.

Exemplo citado por Gabardo: os Prefeitos de Telemaco Borba e de Sertanópolis, do MDB, procuraram a Secretaria dos Transportes, em busca da tal verba, e foram informados de que só a receberiam se procurassem o Deputado Estadual arenista Dácio Leonel de Quadros. Somente com uma ordem transmitida pessoalmente por Dácio o dinheiro seria liberado. Os prefeitos não se submeteram e não receberam os recursos solicitados.

Têm sido apontadas também outras irregularidades, como distribuição de ambulâncias mediante recomendação de um candidato. As ambulâncias, adquiridas com recursos do INPS, são distribuídas graças ao tal candidato. Mediante pressões desse tipo, vários prefeitos do MDB já estão trabalhando para a ARENA. E Gabardo cita como exemplos os prefeitos de Santa Mariana, Nova Fátima e Jacarezinho.

Sr. Presidente, nas últimas eleições elegemos, no Paraná, 40 prefeitos. São homens que têm pequena vivência partidária, com identificação vestíbular com o Partido de oposição. São homens sérios que resolveram entrar para a vida pública inclinados mais para a administração de suas cidades do que para fazer carreiras políticas. Pois bem, vale-se disso o Partido oficial para as pressões, para as promessas para o envolvimento, para a corrupção e, em razão disso, obtêm a adesão desses prefeitos. E muitos desses nossos prefeitos se trasladaram para o Partido oficial em razão dessas pressões, dessas vantagens comprometedoras.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES)** — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Com todo prazer, nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O Sr. Dirceu Cardoso (MDB — ES)** — A V. Exª que está trazendo estas notícias da corrupção eleitoral desencadeada no processo político eleitoral brasileiro passou despercebido um fato que desejo se inscreva nesta denúncia: dentro de mais alguns dias serão criados cerca de 500 postos do Banco do Brasil para atendimento ao pessoal que está nas áreas municipais mais distantes, quer dizer, para atendimento a distritos. E serão criados, exatamente, nos municípios onde a ARENA quer ganhar as eleições; já está autorizado pelo Conselho Monetário Nacional. Não é instalação de agências do Banco do Brasil, mas sim criação de postos de atendimento do Banco do Brasil. V. Exª, então, verá que estamos suportando uma pressão violentíssima contra nossa existência de partido político.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Agradeço a V. Exª o aparte.

De maneira que, Sr. Presidente, é extremamente constrangedor assistir-se a tudo isto. E funcionários subalternos perdem todo o escrúpulo, agem ilimitadamente no cumprimento dessas ordens, certos de que não serão, jamais, punidos, como não têm sido punidos, inclusive, os próprios Ministros deste País, acusados da mais deslavada corrupção, em casos concretos, nacionalmente anunciados. E, Sr. Presidente, um homem de grande responsabilidade, neste País, que com a sua vida e o seu cargo resolveu denunciar tudo isso, concretamente, foi preso, foi solto ontem — o ilustre, o digno General Hugo Abreu. E nada se fez, há um silêncio total sobre isto. S. Exª até há pouco tempo, participava do Governo, da mais alta cúpula, e foi em razão de conhecer todos esses fatos que dissentiu do Governo; renunciou a possibilidade de adquirir a quarta estrela — uma das lãureas mais cobiçadas do Generalato. S. Exª é preso, divulga a carta, antes divulga um manifesto, e não há procedimento algum. O Governo procede com verdadeira empáfia, mantendo-se a distância de tudo e de todos. O próprio Governador de São Paulo, conhecido antes e depois da sua escolha indireta, inclusive, conhecendo-se os métodos de que lançou mãos para ser escolhido...

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco. Fazendo soar a campanha.) — Lembro a V. Exª de que o seu tempo está terminado.

**O SR. LEITE CHAVES (MDB — PR)** — Agradeço a V. Exª Já estou terminando.

Em razão desses fatos, havia notícia de que o Governador não haveria de tomar posse, que a sua candidatura seria impugnada. E bastou S. Exª, o futuro Governador de São Paulo, declarar que se não tomasse posse, que se fosse afastado do Governo, poria a boca no trombone — declarações de S. Exª — bastou que houvesse essa ameaça para que nenhuma resistência mais se lhe opusesse, a eleição se efetivasse, sendo a posse hoje resultado tranqüilo.

Sr. Presidente, o País hoje vive dias de ignomínia, de vergonha, de vexame. A consciência brasileira não pode aceitar uma coisa dessa natureza. É em razão disso que o nosso Partido lança da tribuna do Senado Federal o seu mais veemente protesto contra esse estado de arbítrio que se transformou em completo estado de corrupção. (Muito bem! Palmas.)

#### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LEITE CHAVES EM SEU DISCURSO:

##### PRESSÕES CONTRA MDB NO PR

Londrina (Do correspondente.) — No controle praticamente absoluto dos veículos de comunicação paranaenses que o Governo tem sua maior arma, até o momento, contra os candidatos emedebistas ao Senado, Câmara Federal e Assembléia Legislativa, que são impedidos ou enfrentam dificuldades para aparecerem nos principais jornais e emissoras de rádio e televisão do Estado.

Os candidatos do MDB queixam-se principalmente disso, pois aqui, até o momento, não houve pressões notáveis dos aparelhos judicial e policial, embora, em Londrina, esteja ocorrendo um caso de permissividade em relação a gigantescos "out-doors" do candidato arenista ao Senado, pela via direta, Túlio Vargas. Os painéis desse candidato substituíram outros, do emedebista Nahyn Libos, candidato à Assembléia Legislativa e que foi obrigado pela Justiça Eleitoral a retirar sua propaganda.

##### Pressões mais "Sutis"

Hélio Duque, professor da Universidade de Londrina, autor de livros sobre a economia cafeeira, participa pela primeira vez de uma campanha política, na condição de candidato. Concorre à Câmara Federal, pelo MDB, e diz que no Paraná o processo de pressão contra os candidatos da Oposição vem sendo mais "científico".

Comentarista econômico do jornal *O Estado do Paraná*, Hélio suspendeu seus comentários até as eleições. Afinal, o proprietário do jornal, Paulo Pimentel, ex-Governador, é candidato também a Deputado Federal, pela ARENA. Muito conhecido no meio jornalístico, Hélio Duque desabafa: "Ante o silêncio do rádio e a cegueira da televisão, a pressão conseguiu atingir a própria imprensa escrita, que hoje nada publica favoravelmente aos candidatos do MDB".

Em Maringá o Jornalista Laércio Souto Maior foi despedido do *Diário do Norte*, porque divulgou uma "bronca" do futuro Governador Ney Braga em seus correligionários de lá, devido à pouca arrecadação para a campanha do Partido. Na mesma cidade, que possui três jornais diários, todos publicaram, semana passada, como matéria principal (manchete da primeira página) a chamada para um comício da ARENA. Na primeira página de um jornal de Londrina, uma foto sobre concentração política no vizinho Município de Ibiporã, aparecendo um painel com a propaganda de Túlio Vargas. No texto, diz-se que a recepção a Ney Braga e Túlio Vargas naquela cidade foi tão boa que chegou a surpreender a caravana arenista.

João Olivir Gabardo, Deputado Federal, larga experiência política, candidato à reeleição, Vice-Presidente do Diretório Regional do MDB, considera que "a pressão mais violenta do Governo do Estado tem sido contra os órgãos de imprensa, que são proibidos de divulgar o MDB e têm feito uma propaganda abusiva da ARENA nas emissoras de tevê, de rádio e nos jornais". Acusa, Gabardo, que tem

sido ostensiva a propaganda eleitoral dos candidatos arenistas, citando como exemplo a projeção durante noticiário comum da TV Coroados, de Londrina, de um filme sobre "concentração popular" em Assaí, Norte do Paraná, com o candidato Túlio Vargas falando.

Os jornais têm divulgado, também, matérias pagas ou não, de comícios arenistas nas mais diversas regiões do Estado. Comentário de um jornalista, sobre o fato de estarem infringindo a "Lei Falcão": "Por enquanto, ninguém falou nada. Se o Juiz mandar um ofício mandando suspender essas publicações, nós paramos. Mas vamos continuar enquanto der..."

Esses Expedientes — pressão contra publicações de emedebistas, divulgação de visitas e comícios da ARENA — na opinião de Olivir Gabardo demonstram "claramente o desespero da ARENA, que, sentindo a ausência do apoio da opinião pública, tenta, através de todos os artificios, dificultar e boicotar a propaganda da Oposição, enquanto usa, através do Governador Jaime Canet e de Ney Braga, todos os meios para divulgar seus candidatos, mesmo com clara infringência da Lei Eleitoral".

### Corrupção

O Vice-Presidente do Diretório Regional do MDB aponta outro instrumento de coação, através do abuso do poder. Verbas do Pró-Safras, um programa de melhoria das estradas vicinais, são distribuídas de acordo com a "boa vontade" de Deputados.

Exemplo citado por Gabardo: os Prefeitos de Telemaco Borba e de Sertãoópolis, do MDB, procuraram a Secretaria dos Transportes, em busca da tal verba, e foram informados de que só a receberiam se procurassem o Deputado Estadual arenista Dácio Leonel de Quadros. Somente com uma ordem transmitida pessoalmente por Dácio o dinheiro seria liberado. Os Prefeitos não se submeteram e não receberam os recursos solicitados.

Têm sido apontadas também outras irregularidades, como distribuição de ambulâncias mediante recomendação de um candidato. As ambulâncias, adquiridas com recursos do INPS, são distribuídas graças ao tal candidato. Mediante pressões desse tipo, vários Prefeitos do MDB já estão trabalhando para a ARENA. E Gabardo cita como exemplos os Prefeitos de Santa Mariana, Nova Fátima e Jacarezinho.

### Pressões

Candidatos emedebistas têm-se referido também ao Banco do Estado do Paraná, como instrumento a serviço da ARENA. E, nessa política, o Banco, de acordo com Gabardo, chega a radicalismos, como demitir o caixa Edson Monteiro, da agência de Assaí, porque ele, após candidatar-se a Prefeito (foi o mais votado e perdeu na soma de legenda, que favoreceu a ARENA), candidatou-se a Deputado Estadual pelo MDB.

Mas, não é novidade funcionário do BANESTADO ser político. Tanto que vários de seus gerentes já foram prefeitos, pela ARENA.

"O Banco do Estado do Paraná hoje funciona como centro de irradiação de comitês eleitorais." — diz Hélio Duque, afirmando que o mesmo vale para outros setores da administração — "É uma máquina implacável, já que lastreada na força do dinheiro está fazendo com que o Paraná em 78 tenha talvez as eleições mais corrompidas de toda a sua história política".

E Gabardo afirma existir ordem da Inspetoria Regional de Londrina para que funcionários do BANESTADO filiados ao MDB se desliguem, sob pena de sofrerem represália, o que teria acontecido com um funcionário de Santa Mariana, Norte do Paraná.

Álvaro Dias, Deputado Federal, também candidato à reeleição, diz ter sabido que o Banco do Estado do Paraná, abriu crédito de Cr\$ 800 mil para candidatos da ARENA a Assembléia Legislativa e de Cr\$ 1,5 milhão para os candidatos à Câmara Federal. Ainda segundo Álvaro, o Banco estaria descontando títulos e promissórias exigindo que seja destinada uma comissão para recursos da campanha afenista.

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — Sobre a Mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário.

*São lidas as seguintes:*

Em 23 de outubro de 1978

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 24 de outubro, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, integrar a Delegação Brasileira à Segunda Reunião do Comitê de Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Madri, Espanha, nos dias 26 e 27 do corrente mês.

Atenciosas saudações. — **Otair Becker.**

Em 23 de outubro de 1978

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País a partir de 24 de outubro, a fim de, no desempenho de missão com que me distinguiu o Senado, integrar a Delegação Brasileira à Segunda Reunião do Comitê de Membros Afiliados da Organização Mundial de Turismo, a realizar-se em Madri, Espanha, nos dias 26 e 27 do corrente mês.

Atenciosas saudações. — **Leite Chaves.**

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — O expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — Passa-se à

## ORDEM DO DIA

Presentes, apenas, 28 Srs. Senadores. Não há *quorum* para votação. Em consequência, os itens nºs 1 e 2 da pauta, em fase de votação, ficam adiados para a próxima sessão.

*São os seguintes os itens adiados:*

1

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 1978, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título "Delenda Golbery", publicado no Jornal *Última Hora*, de 9 de outubro de 1978.

2

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Senhor Ministro João Paulo dos Reis Velloso, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como da Exposição de Motivos de Sua Excelência e dos Ministros de Estado da Fazenda e do Interior, aprovada, na oportunidade, pelo Senhor Presidente da República.

**O SR. PRESIDENTE** (Renato Franco) — **Item 3:**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 325, de 1978, do Senhor Senador Otto Lehmann, solicitando autorização do Senado, nos termos do art. 36, § 2º, da Constituição, para, na qualidade de Observador Parlamentar, integrar a Delegação Brasileira à Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas, dependendo de Parecer da Comissão de Relações Exteriores.

Solicito ao nobre Senador Jarbas Passarinho o parecer da Comissão de Relações Exteriores.

**O SR. JARBAS PASSARINHO** (ARENA — PA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a solicitação do nobre Senador Otto Lehmann é estritamente legal, conforme pre-

ceitua o art. 44 do Regimento Interno, em conformidade com os termos do art. 36, § 2º, da Constituição Federal.

Ele integrará, como Observador Parlamentar, uma vez concedida a licença, a Delegação Brasileira à Assembléia-Geral das Nações Unidas, ato que decorre de um decreto do Senhor Presidente da República que designa os Srs. Senadores Otto Lehmann, Murilo Paraíso, Braga Júnior, Tarso Dutra, Itamar Franco e Cunha Lima para, na qualidade de observadores parlamentares, integrarem a delegação do Brasil na Assembléia-Geral das Nações Unidas.

No que cabe a esta Comissão examinar, nada há que ela possa opor à concessão da licença.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — O parecer é favorável.

A votação do requerimento fica adiada em virtude da falta de "quorum".

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Item 4:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977 (nº 947-B, de 1975, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 28, de 1978, da Comissão

— de **Economia**, com voto vencido dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante e Milton Cabral.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Item 5:**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, que altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências, tendo

**PARECERES**, sob nºs 594, 595 e 596, de 1978, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— de **Serviço Público Civil**, favorável; e

— de **Finanças**, favorável.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando usar da palavra, declaro encerrada a discussão. Encerrada a discussão, é o projeto dado como aprovado, em segundo turno, nos termos do art. 315 do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Redação.

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Item 6:**

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que fixa condições para a admissão de novos servidores pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo

**PARECER**, sob nº 263, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Cunha Lima e Leite Chaves.

Em discussão o projeto, quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro encerrada a discussão, ficando a votação adiada por falta de "quorum".

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco) — Item 7:**

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento

Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que isenta da contribuição previdenciária os trabalhadores, empregados ou autônomos, que percebem renda mensal inferior a três salários mínimos, tendo

**PARECER**, sob nº 345, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto, quanto à preliminar. (Pausa.)

Não havendo oradores, declaro-a encerrada, ficando sua votação igualmente adiada.

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — Esgotada a matéria da pauta.

Sobre a mesa, a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, aprovada na Ordem do Dia da presente sessão e que, nos termos do parágrafo único do art. 355 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, será lida pelo Sr. 1º Secretário. (Pausa.)

*E lida a seguinte*

### **PARECER Nº 691, DE 1978**

#### **Comissão de Redação**

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978.**

**Relator: Senador Dirceu Cardoso**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978, que altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 1978. — **Adalberto Sena**, Presidente — **Dirceu Cardoso**, Relator — **Jarbas Passarinho**.

#### **ANEXO AO PARECER Nº 691, DE 1978**

**Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 279, de 1978.**

**Altera dispositivos da Lei de Organização Judiciária Militar (Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969), e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-lei nº 1.003, de 21 de outubro de 1969 (Lei de Organização Judiciária Militar), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 5º Serão de uma única entrância todas as Auditorias, com exceção da Auditoria de Correição, que será de segunda entrância e funcionará junto ao Superior Tribunal Militar.

Art. 11. As decisões do Superior Tribunal Militar, quer judiciais, quer administrativas, serão sempre dadas, quando, em sessão plena, por maioria de votos, com a presença nunca inferior de 8 (oito) Ministros, dos quais, pelo menos, 4 (quatro) militares e 2 (dois) civis.

Art. 26. O Auditor Corregedor é nomeado, dentre os Auditores, mediante lista tríplice, organizada pelo Superior Tribunal Militar, em sessão secreta.

Parágrafo único. Para a inclusão em lista é necessário o interstício de 2 (dois) anos, pelo menos, no exercício da função.

Art. 28. A carreira da magistratura civil da Justiça Militar inicia-se no cargo de Auditor Substituto, sendo providos, por promoção, subsequentemente, os cargos de Auditor e Auditor Corregedor.

Art. 29. O Auditor Substituto será nomeado, dentre brasileiros natos, bacharéis em Direito, com idade não inferior a 25 (vinte e cinco) anos, nem superior a 45 (quarenta e cinco) anos, aprovados em concurso público de provas, e

por ordem de classificação, na forma das instruções estabelecidas pelo Superior Tribunal Militar.

Art. 30. Os cargos de Auditor serão providos, pelo critério alternado da antigüidade e do merecimento, dentre os Auditores Substitutos.

Parágrafo único. Antes da promoção por merecimento a existência da vaga de Auditor será comunicada aos Auditores Substitutos, em que aquela ocorrer para terem preferência na remoção, observada a ordem de antigüidade.

Art. 31. A promoção a Auditor, por antigüidade, caberá ao Auditor Substituto mais antigo e, em caso de empate, observar-se-á o disposto no art. 65.

Art. 41. ....

Item XXIV — Assinar com o Ministro Relator e Revisor, quando for o caso, ou somente com aquele, os Acórdãos do Tribunal e com o Secretário do Tribunal Pleno as Atas das suas sessões, depois de aprovadas.

Art. 68. ....

c) os Ministros civis, mediante convocação do Presidente, pelo Auditor Corregedor e, na sua falta ou impedimento, por Auditor, dentre os 3 (três) de maior antigüidade;

d) os auditores, pelos seus substitutos legais, salvo o Corregedor, que será substituído, por convocação do Presidente do Tribunal, dentre os 3 (três) Auditores mais antigos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — A redação final que acaba de ser lida vai à publicação.

Há oradores inscritos para esta oportunidade.

Concedo a palavra ao nobre Senador Braga Júnior. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itálvio Coelho. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso.

**O SR. DIRCEU CARDOSO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — Não há mais oradores inscritos.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje às 18 horas e 30 minutos destinada à leitura de Mensagem Presidencial.

Vou encerrar a sessão, antes designando para a de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 61, de 1977 (nº 947-B, de 1975, na Casa de origem), que dispõe sobre inscrição obrigatória que deve constar do rótulo ou embalagem de produto estrangeiro com similar no Brasil, e dá outras providências, tendo

**PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 28, de 1978, da Comissão:

— de **Economia**, com voto vencido dos Senhores Senadores Luiz Cavalcante e Milton Cabral.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 298, de 1978, do Senhor Senador Henrique de La Rocque, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do artigo sob o título “Delenda Golbery”, publicado no jornal *Última Hora*, de 9 de outubro de 1978.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 299, de 1978, do Senhor Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Senhor Ministro João Paulo dos Reis Velloso, na Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, bem como da Exposição de Motivos de Sua Excelência e dos Ministros de Estado da Fazenda e do Interior, aprovada, na oportunidade, pelo Senhor Presidente da República.

— 4 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 79, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que fixa condições para a admissão de novos servidores pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, tendo

**PARECER**, sob nº 263, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senhores Senadores Dirceu Cardoso, Cunha Lima e Leite Chaves.

— 5 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1978, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que isenta da contribuição previdenciária os trabalhadores, empregados ou autônomos, que percebem renda mensal inferior a três salários mínimos, tendo

**PARECER**, sob nº 345, de 1978, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

**O SR. PRESIDENTE (Renato Franco)** — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 32 minutos.*)

## MESA

Presidente:  
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:  
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:  
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:  
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:  
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:  
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:  
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:  
Altevir Leal (ARENA — AC)  
Evandro Carreira (MDB — AM)  
Otair Becker (ARENA — SC)  
Braga Junior (ARENA — AM)

LIDERANÇA DA ARENA  
E DA MAIORIA

Lider  
Eurico Rezende  
Vice-Líderes  
Heitor Dias  
Helvídio Nunes  
Jarbas Passarinho  
José Sarney  
Osires Teixeira  
Otto Lehmann  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

LIDERANÇA DO MDB  
E DA MINORIA

Lider  
Paulo Brossard  
Vice-Líderes  
Evelásio Vieira  
Gilvan Rocha  
Itamar Franco  
Leite Chaves  
Marcos Freire  
Roberto Saturnino

## COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 223-6244 e 225-8505 — Ramais 193 e 257

## A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

## COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Agenor Maria  
Vice-Presidente: Otair Becker

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Otair Becker		1. Dinarte Mariz
2. Benedito Ferreira		2. Saldanha Derzi
3. Itálvio Coelho		3. Vilela de Magalhães
4. Murilo Paraiso		
5. Vasconcelos Torres		
	MDB	
1. Agenor Maria		1. Adalberto Sena
2. Roberto Saturnino		2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

## COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Evandro Carreira

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Heitor Dias		1. Saldanha Derzi
2. Jarbas Passarinho		2. José Sarney
3. Dinarte Mariz		3. Otair Becker
4. Teotônio Vilela		
5. Braga Junior		
	MDB	
1. Agenor Maria		1. Evelásio Vieira
2. Evandro Carreira		2. Gilvan Rocha

Assistente: Carlos Guilherme Fonseca — Ramal 676  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(15 membros)

## COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger  
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho  
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

Titulares	ARENA	Suplentes
1. Accioly Filho		1. Vilela de Magalhães
2. Gustavo Capanema		2. Lenoir Vargas
3. Daniel Krieger		3. Arnon de Mello
4. Eurico Rezende		4. Vasconcelos Torres
5. Heitor Dias		5. Milton Cabral
6. Helvídio Nunes		6. José Sarney
7. Wilson Gonçalves		
8. Itálvio Coelho		
9. Otto Lehmann		
10. Osires Teixeira		
	MDB	
1. Dirceu Cardoso		1. Franco Montoro
2. Leite Chaves		2. Lázaro Barbosa
3. Nelson Carneiro		3. Cunha Lima
4. Paulo Brossard		
5. Orestes Quércia		

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Itamar Franco

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Heitor Dias	1. Augusto Franco
2. Murilo Paraíso	2. José Sarney
3. Cattete Pinheiro	3. Braga Junior
4. Osires Teixeira	4. Aldevir Leal
5. Saldanha Derzi	5. Luiz Cavalcante
6. Wilson Gonçalves	
7. Virgílio Távora	
8. Alexandre Costa	
	<b>MDB</b>
1. Itamar Franco	1. Evandro Carreira
2. Lázaro Barboza	2. Nelson Carneiro
3. Adalberto Sena	

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Milton Cabral	1. Cattete Pinheiro
2. Arnon de Mello	2. Augusto Franco
3. José Guimard	3. José Sarney
4. Luiz Cavalcante	4. Heitor Dias
5. Murilo Paraíso	5. Jarbas Passarinho
6. Vasconcelos Torres	
7. Dinarte Mariz	
8. Otair Becker	
	<b>MDB</b>
1. Franco Montoro	1. Agenor Maria
2. Marcos Freire	2. Orestes Quéricia
3. Roberto Saturnino	

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Tarso Dutra	1. Helvídio Nunes
2. Gustavo Capanema	2. Ruy Santos
3. João Calmon	3. Arnon de Mello
4. Otto Lehmann	4. Heitor Dias
5. Jarbas Passarinho	
6. Cattete Pinheiro	
	<b>MDB</b>
1. Evelásio Vieira	1. Franco Montoro
2. Itamar Franco	2. Benjamim Farah
3. Adalberto Sena	

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Saldanha Derzi

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Teotônio Vilela	1. Cattete Pinheiro
2. Alexandre Costa	2. Heitor Dias
3. Wilson Gonçalves	3. Lourival Baptista
4. Saldanha Derzi	4. Daniel Krieger
5. Helvídio Nunes	5. José Guimard
6. Lenoir Vargas	6. José Sarney
7. Vilela de Magalhães	7. Otair Becker
8. Ruy Santos	
9. Braga Junior	
10. Tarso Dutra	
11. Virgílio Távora	
12. Magalhães Pinto	
	<b>MDB</b>
1. Franco Montoro	1. Hugo Ramos
2. Evelásio Vieira	2. Dirceu Cardoso
3. Gilvan Rocha	3. Evandro Carreira
4. Roberto Saturnino	
5. Cunha Lima	

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire  
Vice-Presidente: Orestes Quéricia

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Jessé Freire	1. Braga Junior
2. Ruy Santos	2. Virgílio Távora
3. Lenoir Vargas	3. Osires Teixeira
4. Jarbas Passarinho	4. Cattete Pinheiro
5. Lourival Baptista	
6. Accioly Filho	
	<b>MDB</b>
1. Franco Montoro	1. Lázaro Barboza
2. Orestes Quéricia	2. Cunha Lima
3. Nelson Carneiro	

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jarbas Passarinho  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Milton Cabral	1. José Guiomard-
2. Vilela de Magalhães	2. Murilo Paraíso
3. Arnon de Mello	3. Virgílio Távora
4. Luiz Cavalcante	
5. Jarbas Passarinho	
	<b>MDB</b>
1. Dirceu Cardoso	1. Gilvan Rocha
2. Itamar Franco	2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adalberto Sena  
Vice-Presidente: Helvidio Nunes

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Helvidio Nunes	1. Virgílio Távora
2. Otto Lehmann	2. Arnon de Mello
3. Saldanha Derzi	3. Jarbas Passarinho
	<b>MDB</b>
1. Hugo Ramos	1. Dirceu Cardoso
2. Adalberto Sena	

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto  
1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi  
2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Magalhães Pinto	1. Accioly Filho
2. Alexandre Costa	2. Fausto Castelo-Branco
3. Virgílio Távora	3. Helvidio Nunes
4. Jessé Freire	4. Heitor Dias
5. Arnon de Mello	5. Jarbas Passarinho
6. Saldanha Derzi	6. Luiz Cavalcante
7. José Sarney	
8. João Calman	
9. Augusto Franco	
10. Otto Lehmann	
	<b>MDB</b>
1. Paulo Brassard	1. Marcos Freire
2. Gilvan Rocha	2. Hugo Ramos
3. Itamar Franco	3. Roberto Saturnino
4. Leite Chaves	
5. Nelson Carneiro	

Assistente: Cândido Hippert — Ramal 676

Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Santos  
Vice-Presidente: Altevir Leal

Titulares	Suplentes
	<b>ARENA</b>
1. Altevir Leal	1. Saldanha Derzi
2. Ruy Santos	2. Itálvio Coelho
3. Cattete Pinheiro	3. Osires Teixeira
4. Fausto Castelo-Branco	
5. Lourival Baptista	
	<b>MDB</b>
1. Adalberto Sena	1. Benjamim Farah
2. Gilvan Rocha	2. Cunha Lima

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral

Vice-Presidente: Augusto Franco

**Titulares**

- 1. José Guiomar
- 2. Vasconcelos Torres
- 3. Virgília Távora
- 4. Augusto Franco
- 5. Milton Cabral

**ARENA**

**Suplentes**

- 1. Alexandre Costa
- 2. Braga Junior
- 3. Dinarte Mariz

**MDB**

- 1. Adalberto Sena
- 2. Benjamim Farah

- 1. Agenor Maria
- 2. Dirceu Cardoso

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benjamim Farah

Vice-Presidente: Lenoir Vargas

**Titulares**

- 1. Lenoir Vargas
- 2. Accioly Filho
- 3. Augusto Franco
- 4. Heitor Dias
- 5. Saldanha Derzi

**ARENA**

**Suplentes**

- 1. Alexandre Costa
- 2. Gustavo Capanema
- 3. Vilela de Magalhães

**MDB**

- 1. Benjamim Farah
- 2. Hugo Ramos

- 1. Adalberto Sena
- 2. Lázaro Barbosa

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lourival Baptista

Vice-Presidente: Alexandre Costa

**Titulares**

- 1. Alexandre Costa
- 2. Luiz Cavalcante
- 3. Braga Junior
- 4. Lourival Baptista
- 5. Vilela de Magalhães

**ARENA**

**Suplentes**

- 1. Otto Lehmann
- 2. Teotônio Vilela
- 3. Wilson Gonçalves

**MDB**

- 1. Evandro Carreira
- 2. Evelásio Vieira

- 1. Lázaro Barbosa
- 2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**

**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Sousa Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 225-8805 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674; Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

**HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL PARA O ANO DE 1978**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	SONIA
	C.A.E.	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	GUILHERME	09:30	C.S.P.C.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	SONIA
	C.R.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	CÁNDIDO		C.D.F.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
09:00	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	LEDA
					C.S.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	DANIEL	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁCCUA Ramal - 623	MARIA CARVEN
	C.H.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUÍ BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

# PROCESSO LEGISLATIVO

Conceito, iniciativa e tramitação  
das normas legais de diversas hierarquias, de acordo com os  
preceitos constitucionais e regimentais.

2ª EDIÇÃO: JUNHO DE 1976

**PREÇO:**  
**Cr\$ 15,00**

À VENDA NO SENADO FEDERAL, SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS (Anexo II)

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL — BRASÍLIA — DF — 70160  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de Reembolso Postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal  
Caixa Postal 1.203  
Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**